



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA – PPGDDA
PROCESSO DE SELEÇÃO COMPLEMENTAR DE DISCENTES 03/2023**

2 FASE: PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 1 - Entende-se o federalismo como a forma de organização de um Estado. Como forma de organização, as subunidades nacionais possuem competências administrativas e políticas próprias, sendo que cabe às competências administrativas as tratativas de elaboração e execução de políticas públicas, por meio da interveniência do Direito, na concepção sistêmica em que o Direito e as Políticas Públicas podem se autorreferenciar. Assim, explique em que medida o federalismo pode ou não causar impacto na formulação e execução de políticas públicas voltadas aos direitos fundamentais sociais.

CRITÉRIOS	NOTA MÁXIMA	NOTA DO(A) CANDIDATO(A)
A resposta deve abordar os seguintes tópicos, com capacidade de expressão escrita, incluindo ordenamento lógico dos argumentos, clareza, concisão, fluência e adequação à norma culta do português escrito:		
1. Abordar a contribuição do método sistêmico, seus conceitos e esquemas de pensamentos, para a observação das políticas públicas.	1,0	
2. Abordar os novos princípios de ação em matéria de políticas públicas, apontados pelos autores, que deverão informar a gestão de políticas públicas para otimizar a ação do gestor e concretização de seus objetivos no plano da formatação e ação.	1,5	
3. Abordar o impacto do federalismo sobre as políticas públicas a partir das variações de intensidade de quatro dimensões institucionais entre os sistemas federativos relativas às conexões causais com as políticas públicas: 1) o grau de centralização jurisdicional da União; 2) o federalismo partidário; 3) o poder de revisão e arbitramento dos conflitos federativos em uma suprema corte de justiça; e 4) o federalismo fiscal.	1,0	
4. Discorrer sobre a igualdade de direitos; o mínimo existencial; os objetivos nacionais devem ser recepcionados como objetivos subnacionais; a existência de obstáculos às políticas públicas por fragmentação do poder e da presença do veto player subnacionais na dinâmica da política nacional.	1,5	
TOTAL:	5,0	



QUESTÃO 2 - "O contrato de “vesting” exclui, pela sua natureza, a possibilidade do reconhecimento do contrato de trabalho? Considerando sua previsão, podemos reconhecer que sua existência implica na precarização da relação contratual?"

CRITÉRIOS	NOTA MÁXIMA	NOTA DO(A) CANDIDATO(A)
A resposta deve abordar os seguintes tópicos, com capacidade de expressão escrita, incluindo ordenamento lógico dos argumentos, clareza, concisão, fluência e adequação à norma culta do português escrito:		
1. O vesting é compatível com contrato de trabalho, funcionando, nesse caso, como uma cláusula extraordinária;	2,0	
2. a existência do contrato de vesting com um empregado não excluiria o direito aos consectários legais, não implicando, necessariamente, na precarização da relação de trabalho;	2,0	
3. se, no caso concreto, se verificar mera tentativa de frustrar relações trabalhistas, não estaremos diante de um contrato de vesting, devendo ser feita análise caso a caso.	1,0	
TOTAL:	5,0	